E VICE-PREFEITO) - PRESTAÇÃO DE CONTAS REJEITADAS (ART. 1º, §1º, "g" DA LC N.º 64/90), NOS AUTOS DOS PROCESSOS Nº. 250/2008/34ªZE E N.º 251/2008/34ªZE.

RECORRENTE : ADALBERTO VIANA DA SILVA

ADVOGADOS : MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS E OUTROS

RECORRENTE : LEON CORREA BOUILLET

ADVOGADOS : MAURO CESAR LISBOA DOS SANTOS E OUTROS

RECORRIDA : COLIGAÇÃO "AVEIRO PARA TODOS"

ADVOGADA : WÂNEA AZEVEDO TERTULINO DE MORAIS

02. RECURSO ELEITORAL Nº 2764

RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 98ª ZE (BELÉM), QUE INDEFERIU O REGISTRO DE CANDIDATURA DA RECORRENTE (VEREADOR) - AUSÊNCIA DE CERTIDÃO CRIMINAL (ART. 1º, VII, "b" DA LC N.º 64/90, ART. 14, §3º, II da CF/88 c/c, ART. 11, §1º, VII DA LEI N.º 9.504/97 E ART. 46 DA RES. Nº 22.717-TSE), NOS AUTOS DO PROC. Nº. 083/2008/98ªZE.

RECORRENTE : JANE MONTEIRO NEVES

ADVOGADOS : VLADIMIR JUAREZ MELO BATISTA E OUTROS

03. RECURSO ELEITORAL Nº 4251

RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

ASSUNTO: DECISÃO DO JUÍZO DA 43ª ZE (ANANINDEUA/MARITUBA) QUE JULGOU IMPROCEDENTE REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR POR MEIO DE PINTURAS EM MURO, COM METRAGEM SUPERIOR A 04(QUATRO) METROS QUADRADOS, LOCALIZADA NO LOTEAMENTO GUAJARÁ II, RUA BOA VISTA, EM RAZÃO DE NÃO HAVER JUSTAPOSIÇÃO DAS PINTURAS, ATENDENDO O QUE DISPÕE O ART 14 DA RES. N.º 22.718/TSE, NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 031/2008/43ªZE.

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL JUNTO A 43ª ZE - ANANINDEUA

RECORRIDO : CARLOS BEGOT DA ROCHA

ADVOGADO : JULIANA FONTENELE BRITO SOARES

04. RECURSO ELEITORAL Nº 4255

RELATOR: JUIZ JOSÉ RUBENS BARREIROS DE LEÃO

ASSUNTO: CONTRA DECISÃO DO JUÍZO DA 43ª ZE (ANANINDEUA) QUE JULGOU IMPROCEDENTE REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA ELEITORAL IRREGULAR, CARACTERIZADA PELA PINTURA EM MURO, LOCALIZADA NO MURO DO ESTÁDIO "O CARMONÃO", ESTRADA DO MAGUARI, PRÓXIMO A ENTRADA DO ESTRADA DO CORUÇAMBÁ, SUPOSTAMENTE DESRESPEITANDO A METRAGEM PREVISTA EM LEI, CONDENADO O RECORRIDO À RETIRADA DA PROPAGANDA EM FOCO, NOS AUTOS DO PROC. N.º 037/2008/43ªZE.

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, JUNTO À 43ª ZONA ELEITORAL

RECORRIDO : HELDER ZAHLUTH BARBALHO

ADVOGADOS : INOCÊNCIO MÁRTIRES COELHO JÚNIOR E

OUTROS

INTIMAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 674/08

RECURSO ELEITORAL Nº 4014

RECORRENTE: MARIA DO CARMO MARTINS LIMA

ADVOGADO: ANTONIO EDER JOHN DE SOUSA COELHO E OUTROS

RECORRIDO(S): COLIGAÇÃO DO POVO e JOAQUIM DE LIRA MAIA

ADVOGADO: JOSÉ OLIVAR DE AZEVEDO E OUTROS

Fica INTIMADA a recorrente, da decisão da Exma. Sra. Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha - Presidente, transcritas a seguir:

" MARIA DO CARMO MARTINS LIMA interpôs Recurso Especial com fundamento no art. 276, I, "b" do Código Eleitoral por não se conformar com a decisão contida no Acórdão nº 22.219 da Egrégia Corte, que, à unanimidade, conheceu de recurso, porém lhe negou provimento mantendo inalterada a sentença de primeiro grau.

Para efeito de admissibilidade, invoca o previsto no art. 276, I, "b" do Código Eleitoral.

A Recorrente, em suas razões, alega que a decisão recorrida interpretou que a autoria de pesquisa ilícita supostamente publicada em mural de órgão público foi atribuída a recorrente, à qual recaiu-lhe o ônus da penalidade do art. 33, da Lei nº

9.504/97, sem ter contribuído, ainda que indiretamente para veiculação da pesquisa eleitoral.

Aduz que a documentação trazida aos autos não configura como aquela exigida pelo art. 283 do CPC, visto que lhe faltam requisitos elementares, estando inapta a produzir os efeitos estabelecido em lei, e que no voto do relator há um distanciamento entre os pressupostos para a configuração da pesquisa eleitoral trazida no Acórdão da nossa mais alta Corte Eleitoral.

Suscita que houve violação ao art. 1º da Resolução nº 22.623/2007, bem como, ao art. 33 da Lei nº 9.504/97, por entender que ambos atribuem a conduta ilícita às entidades e empresas que realizam pesquisa de opinião e não aos candidatos, portanto, o V. Acórdão não respeitou o que determina a legislação eleitoral sobre a matéria, condenando a recorrente em decisão proferida contra expressa disposição de Lei.

Ao final, requer o conhecimento e provimento do Recurso, para que seja reformado o Acórdão recorrido.

É o relatório.

O recurso é tempestivo, contudo não merece prosperar face ausência dos pressupostos de admissibilidade.

O que se verifica é que há um inconformismo da Recorrente em relação ao Acórdão 22.219, que negou provimento ao recurso, mantendo a decisão a quo, tendo o MM. Relator analisado todos os argumentos apresentados, como se demonstra no Voto prolatado pelo mesmo, o que fora devidamente acolhido pela Corte. Abaixo transcreveremos in verbis trechos do referido Voto:

" Examinando os autos, verifico que razão não assiste às recorrentes, pois constato às (fls. 07/08) dos autos que houve divulgação de pesquisa de opinião sem prévio registro na Justiça Eleitoral (...)

A alegação de desconhecimento da divulgação da pesquisa de opinião não prospera, pois as recorrentes são as únicas beneficiárias do seu resultado, além disso, a veiculação da pesquisa foi feita em repartição pública vinculada à prefeitura municipal na cidade onde a recorrente, Maria do Carmo, é a prefeita. Assim, não há como acatar o recurso das recorrentes, pois está nítido que descumpriram a legislação eleitoral"

Analisando o referido Acórdão, observa-se que o mesmo não feriu qualquer dispositivo da Constituição Federal ou de lei, considerando-se as circunstâncias e peculiaridades do caso específico.

Dispõe o art. 33 da Lei nº 9.504/97 o seguinte:

"Art. 33. As entidades e empresas que realizarem pesquisa de opinião pública relativa às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar, junto à Justiça Eleitoral, até 5 (cinco) dias antes da divulgação, as seguintes informações. (...)"

No mesmo sentido reza a Resolução TSE nº 22.632/2008. Vejamos:

" Art. 1º. A partir de primeiro de janeiro de 2008, as entidades e empresas que realizarem pesquisa de opinião pública relativas às Eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar no juízo eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos, com o mínimo de cinco dias de antecedência da divulgação (...).

Caracterizada está a infração, uma vez que ficou comprovada a divulgação de pesquisa de opinião sem prévio registro na Justiça Eleitoral. Neste sentido, é pacífica a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. Portanto, o Acórdão, ora atacado, aplicou corretamente, em cotejo com a instrução dos autos, os ditames normativos ao caso, não ocorrendo, em nenhum momento, expressa contrariedade à lei ou à Constituição Federal.

Não há como se retomar a discussão do mérito vez que as decisões dos Regionais são terminativas, cabendo recurso ao TSE, apenas quando houver afronta a disposição de lei ou quando houver divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.

Ante o exposto, não havendo no v. Acórdão recorrido qualquer ofensa à lei ou à Constituição Federal, ou, ainda, que tenha o mesmo divergido de outros julgados do Colendo Tribunal Superior Eleitoral ou de outros Regionais, nego seguimento ao

Recurso interposto por estarem ausentes os pressupostos de admissibilidade.

P.R.I.

Belém, 12 de dezembro de 2008.

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA - PRESIDENTE."

PUBLICAÇÃO DE INTIMAÇÃO Nº 675/08

RECURSO ELEITORAL Nº 4024

RECORRENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

RECORRIDO(S): GILBERTO MIGUEL SUFREDINI, EDSON AZEVEDO e COLIGAÇÃO PRA FRENTE TAILÂNDIA JUNTO COM O POVO

ADVOGADO: KONRADO ALEXANDRE NEVES MOURA E OUTRO

Ficam INTIMADAS as partes, da decisão da Exma. Sra. Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha - Presidente, transcritas a seguir:

"O Ministério Público Eleitoral interpôs Recurso Especial com fundamento no art. 121, §4º, incisos I e II, da Constituição Federal, art. 276, inciso I, alíneas "a" e "b", do Código Eleitoral, e art.21 da Resolução TSE nº 22.624/2008 contra a decisão contida no Acórdão nº 22.238 da Egrégia Corte, que, à unanimidade, conheceu e deu provimento ao recurso, para reformar a sentença recorrida, julgando improcedente a representação.

Para efeito de admissibilidade, invoca o previsto no art.276, I, "a" "b", do Código Eleitoral. .

O recorrente, em suas razões alega que o Acórdão TRE/P A nº 22.238 ofendeu ao disposto no § 4º, art. 13 da Resolução TSE 22.718/2008, que reproduziu as limitações impostas pelo art. 37 da Lei nº 9.504/97, no que tange a veiculação de propaganda eleitoral.

Entende que a propaganda móvel aludida pela legislação eleitoral é aquela que permanece em movimento, não aquela que pode ser colocada em local certo durante todo o dia e retirada ao final do mesmo dia. Que a natureza móvel dos artefatos não impede sua fixação, o que os torna ilegais quando essa fixação se dá em locais públicos.

Que a decisão do juízo monocrático foi adequada ao julgar procedente a representação por propaganda irregular e aplicar multa aos recorridos. Que a propaganda atacada não reúne, então, requisito indispensável, que é o movimento, não podendo, então, ser considerada regular, tampouco eximida da aplicação da multa, sob pena de malferir a ResqluçãoTSE nº 22.718/2008.

Em relação a divergência jurisprudencial, aduz que o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral caminha no sentido oposto ao pretendido pela decisão recorrida.

Transcreve julgados do Egrégio TSE: RESP 27973. ReI. José Augusto Delgado. Publicado DJ em 17/09/2007; AG 8342. ReI. Ari Pangendler . Publicado DJ em 04.09.1008; AGRG 5371. ReI. Min. Carlos Velloso. Publicado DJ em 11.03.2005; AG 6757. ReI. Min. José

Geraldo Grossi. Publicado DJ em 13.12.2006; RESP. 27644. ReI. José AugustoDelgado.

Publicado DJ em 14.02.2008.

Ao final, requer que o presente recurso seja conhecido e provido, afim de reformar o Acórdão recorrido reconhecendo-se que a fixação de propaganda realizada através de cavaletes em vias públicas desconfigura a possibilidade prevista no art. 13, § 4º

da Resolução TSE nº 22.718/2008.

É o relatório.

O recurso é tempestivo, contudo não merece prosperar face ausência dos pressupostos de admissibilidade.

Demonstra, o recorrente, seu inconformismo com a decisão contida no Acórdão nº 22.238 tendo a Corte deste Tribunal entendido pela regularidade da propaganda eleitoral levada a efeito pelos representados, como se demonstra no Voto do relator prolatado (fls. 73 a 77). Abaixo transcreveremos in verbis trecho do referido Voto:

"Com efeito, a propaganda eleitoral, tal como mostrada pelas fotografias de fl. 30, satisfaz a permissão legal, na medida em que são placas sustentadas por pessoas

pagas para essa finalidade ou cavaletes em forma triangular,